
EDUCAÇÃO SEXUAL NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL*

Teresa Cristina Barbo Siqueira**
Paula Maria Trabuco***

Resumo: este artigo discute a educação sexual infantil, após uma breve reflexão sobre a história da sexualidade, traz as teorias de Freud, Erickson e Piaget sobre o desenvolvimento psicosssexual da criança e algumas orientações didáticas que poderão nortear o trabalho de educação sexual com a criança. É extremamente necessário que nós possamos integrar esses três campos de conhecimento articuladamente numa proposta de educação sexual emancipatória, que seja capaz de desenvolver, com as crianças, os primórdios da responsabilidade ética, do conhecimento estético, político, corporeidade e depois a partir disto se posicionarem na sociedade onde vivem.

Palavras-chave: Educação Sexual. Desenvolvimento Infantil. História da Sexualidade. Emancipação. Orientações Didáticas.

Hoje se reconhece a necessidade e a importância da Educação Sexual no desenvolvimento infantil, e mais ainda, esta deve fazer parte de Educação Escolar, pois vivemos num ambiente extremamente sexualizado “onde os discursos sobre a sexualidade entrelaçam todas as esferas de nossa vida cotidiana, confusos, apelativos questionantes, mistificadores e enquadradores” conforme afirma NUNES (1987, p.13).

A sexualidade está na propaganda no discurso político, na representação da vida, nas simbologias e nas utopias. Assim, é necessário que pais, professores e educadores se aprofundem na compreensão da sexualidade, para que façam uma intervenção qualitativa, subjetiva, ética e informativa, capaz de dar às novas gerações alguma segurança, alguma referência na vivência social e pessoal da sexualidade humana.

A educação sexual, no seu sentido mais profundo, não é uma mera questão técnica, mas sim uma questão social, estrutural, histórica, isto significa que, está aberta a novas significações, novos sentidos (NUNES, 1997). A Organização Mundial de Saúde (2001, p.8) define

a sexualidade como parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida, principalmente da Educação em todos os seus níveis. É uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual. A sexualidade em seu sentido específico e também mais abrangente – a libido influencia pensamentos, sentimentos, ações, interesses até os científicos e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental. Portanto, negar a formação de uma sexualidade sadia é negar um elemento fundamental do ser (NUNES, 2000)

Não almejamos uma educação sexual médico-higienista, que somente discute as doenças sexualmente transmissíveis ou a funcionalidade do aparelho sexual humano, mas que desenvolva uma educação saudável através de um conjunto de fatores como a funcionalidade do corpo, os valores sociais, éticos, estéticos e de comportamentos referenciais, responsáveis, com abertura para entender a afetividade baseando-se no melhor para o homem e para a mulher, para o menino e para a menina, para a criança, para que ela seja feliz, como dimensão fundamental da sua existência. E mais, que atue de forma a ensinar um gerenciamento político, para que se o sujeito é menino saiba atuar a política da sexualidade com as meninas e as meninas com os meninos, de modo que nenhum deles inflija ao outro um comportamento controlador, violento, agressivo ou degradante.

Portanto, para que a educação sexual se estabeleça nesse nível nós, sociedade, tanto pais como professores, temos que criar informações, referências éticas, referências existenciais, referências políticas, padrões estéticos, situações de convivências, representação da identidade do menino e da menina, de maneira a inferir sempre igualdade, solidariedade e complementaridade, e nunca violência, degradação, repressão. Então desta definição básica, eu diria, nascem posturas pedagógicas e didáticas.

Assim propomos algumas reflexões iniciais que irão fundamentar nosso discurso. A sexualidade deve ser compreendida segundo uma visão de construção social¹ e histórica da experiência sexual pelos processos subjetivos e simbólicos na percepção do corpo e de suas práticas. É através das sensações de calor, frio, aconchego, acolhimento, bem-estar, desconforto, que a criança, desde pequena, tem as primeiras impressões sobre seu corpo, no toque e na relação com o outro. A partir

desse contato, a criança vai construindo os primórdios de sua identidade e de sua sexualidade (ARRIÈS 1978; WEEKS, 1999).

O significado de sexualidade ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo. Não se reduz aos órgãos genitais [...], porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital (CHAUÍ, 1984, p. 15).

Esse conceito envolve dimensões além dos limites biológicos, incluindo o relacionamento, o erotismo, a fantasia, o prazer e também as questões ligadas à cultura, aos aspectos psicossociais, à religião, à simbolização, aos interditos e a própria construção do ser humano. A sexualidade está no corpo, no sentimento, no pensamento, nas formas de comunicação, na energia que alimenta e sustenta, os movimentos e atividades destinadas à algo e não restrito a genitalidade.

Por tempos, a criança era vista como desinteressada pela sexualidade e apenas por intermédio da família e da escola, ela adquiria conhecimento sobre esta questão. Acreditava-se em uma infância “inocente” e uma sexualidade ausente. A partir das descobertas de Freud esse estigma social, remanescente dos séculos XIX, passou a ser discutido e problematizado. Neste artigo iremos abordar a história da sexualidade, o desenvolvimento da sexualidade infantil a partir dos conceitos de Freud, Erik Erickson e Piaget e de uma abordagem pedagógica da educação sexual como subsídios para o entendimento do desenvolvimento infantil, bem como reflexões que poderão auxiliar o professor na educação em geral e em particular na educação sexual infantil.

BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE

A história da sexualidade humana é complexa e articula dois eixos diferentes da vida humana: um individual que corresponde ao privado e outro coletivo, que podemos denominar público. De um lado, a libido, pulsões, desejos, prazeres e desprazeres interagem, num contexto de profunda intimidade. De outro, o eixo regulador da economia e da política, uma vez que está inscrito na dimensão da sexualidade o aspecto da reprodução e do crescimento da população, da organização

social da família, cujos efeitos atingem a sociedade de modo significativo (MURARO, 1983).

Podemos indicar que as mudanças ocorridas nos últimos tempos em relação aos códigos e valores ligados ao sexo e ao comportamento sexual coincidem com transformações sociais econômicas e políticas. E é justamente nessa dimensão social que a sexualidade adquire seu caráter de maior complexidade.

Na atualidade, considera-se o contexto simbólico da sexualidade por meio das representações de sentidos, valores e normas relacionadas a ela e estas estão ligadas principalmente ao consumo.

Para Foucault (1985, p. 98), compreender a sexualidade, em sua complexidade, nos leva a enxergá-la também como um ponto de passagem de densas relações de poder: entre homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, clérigos e laicos e assim por diante. Nas relações de poder, a sexualidade é, segundo o autor, um elemento dotado de instrumento de controle. Mais a frente o autor (1985, p. 100) ainda afirma:

a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Assim a sexualidade é usada em inúmeras manobras, nas relações sociais, bem como pode tornar-se útil na articulação das mais variadas estratégias. As propagandas passam a falar do sexo, a estimular e referir-se aos anseios sexuais do nosso tempo como algo preponderante para todos.

Para Nunes (1987, p. 59) foram cinco os aspectos mais importantes na definição do conceito Ocidental de sexualidade, construídos a partir da Idade Média e sustentados pelo rígido moralismo religioso: 1) o patriarcalismo: a exaltação do poder do homem sobre a mulher. 2) o dualismo platônico (cisão entre o corpo e a mente). 3) o estoicismo moral que negava a importância do corpo e do prazer explicando-o como intrinsecamente “maus”. 4) o maniqueísmo agostiniano que vê na sexualidade a fonte de todos os pecados. 5) o enquadramento dos agentes religiosos no celibato e o ideal de virgindade.

As heranças do patriarcalismo hebraico e do falocratismo grego são aspectos que vale a pena destacar, uma vez que marcaram severamente a sociedade Ocidental, no que diz respeito às questões relacionadas à sexualidade: assim as relações heterossexuais ou homossexuais eram baseadas na submissão e na dominação. Nesse contexto, as mulheres eram totalmente desvalorizadas, fadadas à submissão. Havia uma dicotomia entre corpo e alma, matéria e espírito, bom e mau, onde a existência de um impede o outro. A moral Agostiniana foi a base doutrinária da religião cristã que se apresenta extremamente rígida e negativa frente à sexualidade. Para esta o único meio de justificar a sexualidade é a procriação e qualquer gesto ou atitude que vão contra a natureza são condenáveis.

Segundo Foucault (1985, p. 81), o poder sobre o sexo, no Ocidente, se estabeleceu através do impositivo da negação: o não pode, contra o “pode”, num discurso emprestado do Direito. A censura, nesse contexto, se estabelece de três formas: afirmando o que é proibido e permitido, por meio de um discurso autorizado; impedindo que se diga, isto é, desautorizando o discurso ou negando simplesmente a existência de uma dada realidade. O principal instrumento deste poder é o castigo e a penitência. Todos os modos de dominação, submissão, sujeição, se reduzem ao efeito da obediência. Isso porque, desde a Idade Média, o poder se apoiou, ao menos nas sociedades ocidentais, no Direito.

O sistema capitalista segundo Marcuse (1978, p.82-83) permite o sexo quantitativo e compensador, porém, não prevê a humanização e o sentimento do afeto, que são os aspectos qualitativos relacionados à sexualidade. Trata-se de um prazer mecanizado, compulsivo.

Outro ponto importante, observado por Foucault, e que ajuda a compreender as particularidades da sociedade ocidental no que diz respeito à sexualidade, é o caráter de legitimidade imposta sobre a sociedade, entendida como reguladora das práticas individuais. Diz o autor que, desde a Idade Média, quando se estabelece a obrigatoriedade das confissões e da penitência, o indivíduo tende a referenciar-se pelos outros e pela manifestação de seus vínculos. “[...] Posteriormente [o indivíduo], passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de produzir sobre si mesmo” (1985, p. 58). Essa nova postura impactou o homem ocidental de tal forma que hoje está profundamente incorporada à cultura da sociedade. E se o ritual de confessar-se já não é tão frequente, permanece a atitude do autoexame, da busca da culpa, do remorso que cada um impõe a si mesmo, independente dos elementos de coerção externos.

Sentimo-nos culpados frente ao sexo e parece-nos necessário confessar, quer ao padre, ao psicanalista, ao médico, à nossa própria racionalidade, as nossas ‘faltas’ sexuais. “Essa culpa se inoculou através de rígida pregação, o poder da Igreja em formar o imaginário moral-social” (NUNES, 1987, p. 69).

De acordo com Foucault: uma análise mais profunda das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, no limite do biológico e do econômico: “A Ciência, subordinada aos imperativos da Moral, tratou de classificar as anomalias de acordo com as normas médicas (FOUCAULT, 1985, p. 54). Assim o sujeito é diagnosticado de normal ou patológico conforme as convenções sociais legitimadas pelo discurso médico.

Com o aparecimento de uma contracultura, nas décadas de 1960, novas concepções ideológicas de sexualidade foram trazidas à tona, por meio dos movimentos de contestações: os jovens, o rock, os grupos feministas, negros, homossexuais. Em todos os movimentos estava presente a libertação sexual, que era símbolo e a matriz de outras liberdades exigidas. Mas o capitalismo apreendeu a sexualidade como o grito e a incorporou à sua máquina de consumo (NUNES, 1987, p. 73).

Esses movimentos abriram caminho para novas percepções sobre a sexualidade, entre elas: a rejeição gradativa da crença de que o sexo por prazer é sujo e pecaminoso, o empenho pela conquista da independência sexual, ligado a independência econômica, expresso pela possibilidade de escolher com quem manter relações sexuais e se elas resultarão numa gravidez ou não.

Nessa época também, se popularizam os métodos anticoncepcionais. Entre os casais, nasce a possibilidade de conceber uma família sem filhos e uma maior autonomia é conquistada pela mulher, que pode se valer de métodos contraceptivos para evitar a gravidez. É claro que este movimento histórico tem suas contradições, como observa Nunes “padrões estereotipados, dos preconceitos e de toda a repressão sexual histórica” [ainda estão presentes] (NUNES, 1987, p. 74 -79). Mas num âmbito mais geral o modelo consumista venceu e o sexo é o objeto de consumo por excelência. No mundo contemporâneo, somos continuamente assediados por um “ambiente sexual” que se manifesta nos mecanismos de sustentação da sociedade. Como afirma Foucault (1985, p. 56) “o mundo ocidental é detentor de uma *scientia sexualis*”, essa maneira de ver o sexo e as práticas sexuais orientou a sociedade, no sentido de organizar procedimentos e estabelecer critérios para separar

o lícito do ilícito, o socialmente aceito do que é visto com reservas pela sociedade, aquilo que está de acordo com as normas médicas e o que caracteriza a anormalidade.

A sexualidade no Brasil

No Brasil e entre os brasileiros, há uma certa ênfase na natureza sensual dos indivíduos, este conceito remete aos tempos de colonização, quando os exploradores fizeram suas primeiras representações dos trópicos. É interessante perceber que o que ficou marcado pelas descrições dos exploradores passou a ser reproduzido, de maneiras diversas e em circunstâncias diferentes, pelos próprios brasileiros, pelo menos nos dois últimos séculos de sua história segundo Parker (1991).

Essa sexualidade desregrada, depois da chegada do europeu, está relacionada, segundo Parker (1991) ao meio social e econômico da época, às relações de poder e dominação que trataram de separar conquistadores de conquistados, senhores de escravos e à própria escravidão, em sua forma de instituição social, que ajudou a afrouxar códigos morais e a favorecer os excessos sexuais.

Além disso, quando se estuda a sexualidade brasileira, vale destacar o legado patriarcal a marcar severamente as relações de gênero. Embora a clássica configuração patriarcal venha diminuindo visivelmente nas famílias brasileiras, sua significação continua a afetar o pensamento da sociedade, a maneira como os brasileiros vêem sua própria história e sua forma de atuação no meio social. (PARKER, 1991). Esse modo de ver, segundo Parker, sustenta uma moralidade sexual que, ainda hoje oferece ao homem uma quase completa liberdade sexual ao mesmo tempo em que limita drasticamente a vida sexual da mulher.

O século XX foi afetado por um processo de modernização, marcado por diversos elementos, descritos por Parker (1991): o primeiro deles é o crescente ritmo da urbanização, que permitiu a formação de centros onde a vida intelectual fermentava, com a apropriação de idéias e valores de caráter liberal vindos da Europa e dos Estados Unidos que contrastavam com as tendências restritivas do século XIX. Além disso, novas disciplinas, como a Psicologia, a Sociologia e a Sexologia, começam a tratar os problemas sexuais. Ao mesmo tempo, há um retrocesso do significado da família, da moralidade tradicional e da autoridade re-

ligiosa. Os movimentos feministas e homossexuais, embora não tenham adquirido a amplitude de um movimento social sólido, como aconteceu mais tarde em grande parte da Europa e nos Estados Unidos, ajudaram a questionar as noções tradicionais de gênero e de sexualidade. Todos esses aspectos contribuíram para moldar as transformações ocorridas na vida sexual dos brasileiros nas últimas décadas. Nesse processo, vale destacar, ainda, o espaço que o assunto ‘sexo’ conquistou no discurso público.

Nos debates, novos assuntos ganham espaço: o sexo fora do casamento (previsto nas ‘relações abertas’, o adultério consentido), o controle voluntário da reprodução e até a procriação (que passa a ser socialmente aceita como uma opção, a ser discutida pelo casal, podendo prevalecer sobre a decisão de não ter filhos). No entanto, embora tenha havido um repensar dos valores sexuais, os estudiosos do assunto têm deixado claro que o processo de racionalização que marcou profundamente a forma de entender e orientar a vida sexual no Brasil continua praticamente inalterado. A norma reprodutiva continua sendo referência principal e a maioria dos brasileiros contemporâneos ainda vê sua sexualidade de forma fragmentada e imperfeita, levando em conta os conceitos de gênero arraigados à cultura popular, a idéia de renúncia à carne – difundida pela religião – e as normas científicas, que determinam o que é permitido e o que é proibido, definindo alguns desejos como perigosos. Porém, se aceitamos que as religiões e, em especial, o catolicismo, tiveram papel importante na organização e regulação do universo sexual, desde pelo menos a metade do século XIX, elas coexistiram com outros discursos formais, tão socialmente legitimados quanto apoiados pela comunidade científica. Em meados do século XIX, a população urbana no Brasil começou a crescer significativamente e surgiu uma preocupação acentuada com as questões de saúde, higiene e reprodução. A Medicina passou, então, a ter papel de regulamentação na atividade sexual, classificando práticas sexuais e até desejos sexuais “em termos de uma nova economia simbólica de doença e saúde” (PARKER, 1991, p. 124)

Começa a disseminar-se, então, um discurso sobre sexualidade que visa a analisar, contabilizar, classificar a prática sexual, incluindo-a numa ordem não apenas moral, mas também racional. Segundo Foucault, é o momento de se falar sobre sexo publicamente não apenas para distinguir lícito de ilícito, mas para inseri-lo em sistemas de utilidade, regulando o bem de todos e fazendo-o funcionar num padrão. (1985, p. 27)

À insistência da igreja em intervir nas relações conjugais e em repelir compulsivamente o sexo fora do casamento, seguiu-se uma época em que a Medicina se tornou o principal elemento de regulação, tratando de gerir as práticas sexuais.

O sexo passou a ser visto, mais do que nunca, em sua perspectiva 'utilitária'. O significado da expressão é esclarecido por Parker (1991, p. 16):

[...] houve uma nova ênfase cultural na reprodução como finalidade apropriada dos encontros sexuais [...] A energia sexual canalizada nessa direção legítima era assim contrastada com a energia sexual gasta apenas na procura do prazer. [...] Sexo tornou-se sexualidade – um objeto de estudo.

Na prática, essa nova realidade, em que o sexo foi altamente racionalizado, permitiu o estabelecimento de critérios, construídos de acordo com a terminologia da ciência, para classificar a normalidade e a anormalidade. A partir daí, a sexualidade tornou-se um tema de debate na sociedade, especialmente quando questões sobre o aborto, o direito das minorias sexuais e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis começaram a chamar a atenção da opinião pública.

Para buscar o entendimento da sexualidade brasileira, é preciso encarar não só as referências delimitadoras da atividade sexual, mas também a capacidade de cada sujeito moldar suas próprias experiências sexuais. Num cenário que ainda é submetido ao controle e à possibilidade de estabelecer normas, aparece, em paralelo, um universo marcado pela transgressão e que, em grande parte, caracteriza a própria identidade do povo brasileiro. Segundo Parker (1991, p. 18), para os brasileiros, é no domínio erótico que a transgressão sexual não apenas se torna possível, como também passa a ser valorizada. No universo do erotismo, as transações sexuais são um fim em si mesmo: o objetivo é a realização do desejo e a obtenção do prazer pura e simplesmente. A ideologia erótica, como define Parker, estrutura um universo alternativo de experiência sexual, que chega às diversas manifestações populares: a linguagem, as festas típicas, as histórias que uns contam aos outros sobre si próprios, sempre se colocando como seres extremamente sensuais. Percebemos as ambiguidades que marcam a vida contemporânea brasileira.

Foucault observa que as sociedades industriais modernas não foram capazes de reprimir intensamente e objetivamente as práticas sexu-

ais periféricas. O que se deu, em decorrência da aplicação de diversos mecanismos coercitivos, foi, ao contrário, uma “proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas” (FOUCAULT, 1985, p. 48).

A tão esperada libertação sexual, na sociedade atual, encontra-se travestida pela proliferação de discursos sobre o sexo e atos sexuais, que incitam o consumismo, a pornografia e a relação objetual e superficial com a própria sexualidade e a alheia. Para Anthony Giddens, o sexo transformou-se em mercadoria. Diz-nos o autor: “A sexualidade gera prazer; e o prazer, ou pelo menos a sua promessa, proporciona um incentivo para os produtos comercializados em uma sociedade capitalista” (1993, p. 194). Para ele, a sexualidade é o ponto central da nossa sociedade de consumo caracterizado pelo hedonismo.

O fenômeno da exploração do sexo em seu aspecto objetual, no entanto, não foi acompanhado de uma emancipação dos indivíduos com relação aos aspectos que dizem respeito ao próprio corpo e às experiências de sexualidade. Para Nunes (1987, p. 11), é um mito dizer que ‘os jovens de hoje sabem mais’. O autor afirma que esta é apenas uma estratégia que os pais e a sociedade, de forma geral, utilizam para justificar sua omissão.

No contexto atual, vê-se que a família se prende a um discurso dogmático sobre sexualidade. A religião assume discursos muitas vezes contraditórios no que diz respeito à questão, quando não defende um conservadorismo anacrônico. Já o Estado, que controla as escolas, frequentemente se mantém numa posição menos comprometida moralmente, mais técnica, e vê a questão sob o ponto de vista demográfico, biológico, profissional e político (NUNES, 1987, p. 15).

De qualquer forma, pode-se concluir que ainda impera um quadro de ambiguidade em relação à sexualidade: nunca se falou tanto de sexo. Mas, de certa forma, a desinformação e a falta de intimidade com o assunto persistem.

Mesmo neste breve apanhado da história da sexualidade - bastante superficial tendo em vista a grande complexidade que envolve o tema - é possível perceber que se trata de um processo marcado por avanços e retrocessos. Na atualidade, a sociedade, de modo geral, é menos pautada pela hierarquia e pelas relações de dominação, sejam entre pais e filhos, homens e mulheres, etc. Porém, a situação das mulheres permanece ainda numa condição paradoxal. Embora elas tenham mais acesso ao mercado de trabalho, aos estudos ou mesmo às situações que permi-

tem vivenciar e experimentar sua própria sexualidade, permanecem no imaginário da mulher [e do homem] as noções ligadas às normas sociais, à honra e à desonra, que frequentemente punem mais severamente as mulheres que os homens e ainda fomentam padrões estereotipados, que pautam as relações entre os sexos. Da mesma forma, boa parte das mulheres ainda cria uma imagem de si mesma não orientada para seus desejos e necessidades autênticas e mais para se ajustar às exigências e gostos dos homens.

Embora cada vez mais pessoas se mobilizem para combater o autoritarismo, o sexismo e outras formas de dominação política e econômica, em muitos casos, se sustentam no discurso da repressão – inclusive sexual – havendo ainda focos de resistência em toda a sociedade. Um dos mais comuns é o que aparece travestido de ‘retorno aos valores tradicionais da família’ e que, não raro, prega o retorno à organização patriarcal e autoritária.

Existe mais informação sobre sexualidade e, inclusive, nos últimos anos proliferaram os livros sobre como homens e mulheres podem obter satisfação sexual. Nas escolas, a educação sexual foi introduzida em alguns currículos. E mesmo a imprensa – especialmente a feminina – viu-se obrigada a tocar nas questões relativas à sexualidade. No entanto, pelo menos nas esferas institucionalizadas, trata-se de um discurso extremamente orientado para as questões de saúde e reprodução e muito pouco preocupado com os impactos da atividade sexual na vida humana em suas dimensões psíquica e mesmo afetiva.

Outras tendências apontam para uma direção diferente. Há grande quantidade de material pornográfico no mercado, descrevendo e mesmo estimulando o sexo compulsivo, mecânico, completamente dissociado da experiência afetiva. Nessa mesma linha, aparecem representações impessoais e objetais da sexualidade em grande número de propagandas e programas na TV e principalmente na internet.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SEXUAL SEGUNDO SIGMUND FREUD

Para Freud as pessoas possuem uma energia motivadora que as impulsiona a viver, esta é chamada de libido, que pode ser, também, energia sexual. Freud identifica o instinto sexual já na infância e detecta a presença dessa libido no recém-nascido. A sexualidade da criança, que é um ser em desenvolvimento, manifesta-se, segundo Freud num

determinado nível de seu desenvolvimento, por meio das estruturas de seu corpo que estiverem relativamente prontas. (FREUD, 1905)

Dessa forma o período de aproximadamente um ano a partir do nascimento é denominado fase oral em que os impulsos da criança são satisfeitos principalmente na área dos lábios, da boca, língua, esôfago e estômago, ou seja, a libido² está intimamente associada ao processo da alimentação e contato humano, que vem associado ao ato de mamar (objeto da libido). Quando este objeto é abandonado e o bebê começa a fantasiar o seio, sugando seu próprio polegar, tendo início o autoerotismo Freud (1905).

Durante o segundo e terceiro anos de vida desenvolve-se a fase anal: a criança experimenta satisfação em expulsar as fezes ou em retê-las. Aprende a controlar suas fezes e urina, sua atenção se localiza no funcionamento anal. Essa região torna-se o centro das experiências e se inicia concomitantemente o controle do ambiente. Este controle é uma nova fase de prazer e afeto, instigando um maior interesse nas relações familiares.

O período que vai dos três aos cinco anos, a criança já tem maior consciência de si mesma, percebe o mundo que a rodeia, interessa-se pelo ambiente e é capaz de indagar sobre o significado e as causas dos fatos. Nesta fase denominada de fálica, a libido se focaliza nos órgãos genitais e neste momento instala-se o conflito edípiano. Aparece, nesta fase, o fenômeno conhecido como complexo de Édipo, onde a criança sente amor pelo progenitor do sexo oposto e ódio pelo progenitor do mesmo sexo. Este conflito é de ambivalência entre o amor e o ódio, pelos progenitores, pois o seu “objeto de amor” também é a figura disciplinadora que coloca limites e restrições, e o “objeto odiado” é provedor, lhe dá segurança e proteção (D’ ANDREA, 2001).

Nessa fase tem-se uma intensa exploração das diferenças sexuais e percebe-se a presença de brincadeiras como médico, enfermeiro, trenzinho, papai e mamãe. Começa o interesse pela origem dos bebês através de questionamentos como “De onde eu vim?” “Como eu nasci?” e descoberta da morte.

Dos cinco aos dez anos a criança percorre a fase de latência, ocorrendo assim o relacionamento com crianças do mesmo sexo, o fortalecendo a identidade sexual. A criança se volta ao conhecimento do mundo, inclusive do sexo. Inicia-se a aprendizagem dos valores e papéis culturalmente aceitos, pois o ego está mais livre para se concentrar em atividades intelectuais. Segundo Freud aparece neste momento o

superego, herdeiro do complexo de Édipo, podendo, a partir da autocrítica, surgir o medo excessivo de doenças, de acidentes, de perder o amor das pessoas, da morte e da solidão. (D'ANDREA, 2001)

TEORIA PSICOSSOCIAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE ERIK ERICKSON

Erik Erickson a partir dos estudos de Freud desenvolveu uma teoria denominada Teoria Psicossocial do Desenvolvimento Humano. Com base no desenvolvimento biológico e nas modificações de direção da libido, concebeu o desenvolvimento da personalidade, considerando as atitudes psicossociais originadas da resolução de conflitos próprios de cada fase do desenvolvimento citadas por Freud. (oral, anal, fálica, latência...). Ele propõe uma concepção de desenvolvimento em oito estágios psicossociais, também conhecida como oito idades do homem que decorrem desde o nascimento até à morte.

Durante o primeiro ano de vida a criança é substancialmente dependente das pessoas que cuidam dela requerendo cuidado quanto à alimentação, higiene, locomoção, aprendizado de palavras e seus significados, bem como estimulação para perceber que existe um mundo em movimento ao seu redor. Para Erikson (1987) a primeira coisa que se aprende na vida é receber; e a criança recebe não só com a boca, mas com os sentidos, com os olhos, ouvidos, com o tato, com o corpo todo. A atitude psicossocial básica que se aprende, neste estágio, a partir da internalização desse cuidado é “saber” se pode confiar no mundo a sua volta, se será alimentada nos horários adequados e na quantidade correta, deixando-a confortável. Desse modo desenvolverá a *Confiança versus Desconfiança* citado por Erikson (1987) como o primeiro momento do desenvolvimento. Devemos salientar que a desconfiança na dose certa é importante, pois desenvolve a prontidão frente ao perigo, assim como poderá desenvolver o instinto de proteção, que ajudará a criança a tornar-se mais autônoma e atenta à realidade vivida.

No final do primeiro ano de vida estão presentes habilidades como virar-se, sentar, engatinhar, andar, assim como o início da comunicação verbal. Nessa fase inicia-se a capacidade de julgar a realidade e antecipar situações, possibilitando maior tolerância às frustrações do cotidiano.

Durante o segundo e terceiro anos de vida a criança será estimulada a desenvolver a autonomia, tornando-se mais independente, inclusive no que se refere ao controle dos esfínteres, e cuidados com

a higiene pessoal, que estará de acordo com as exigências do meio em que vive.

Passa a viver outro conflito, pois embora tenha prazer em agradar os adultos que a elogiam quando acerta, não poderá esvaziar a bexiga e o intestino imediatamente para, então, obter o alívio da tensão, pois há local próprio e “hora certa para fazê-lo”. Deve aprender a reter as fezes e a urina, quando desejaria eliminá-las, mas paulatinamente descobre também o prazer durante esse processo.

Os impulsos, nesta fase, levam a criança a vivenciar a busca do domínio do ambiente, e das pessoas que estão a sua volta, para obter o máximo de prazer possível. É a fase das “birras”, a criança necessita neste momento de limites claros, para então se acalmar.

Erikson (1987) denominou esse conflito de *Autonomia X Vergonha e Dúvida*. Quando a criança consegue ter a autonomia para realizar o que é solicitado pelo meio, sente-se gratificada, e quando não consegue passa a sentir vergonha, podendo desenvolver o comportamentos obsessivos. Porém, é a fase em que a criança pode tornar-se organizada, colaboradora e participativa.

No período que vai dos três aos cinco, seis anos, que corresponde a fase fálica da teoria freudiana, a criança já tem maior consciência de si mesma, percebe o mundo que a rodeia, interessa-se pelo ambiente e é capaz de indagar sobre o significado e as causas dos fatos. Aumenta o interesse pelo próprio corpo, principalmente pelos genitais, tornando-se mais exibicionista e buscando contato físico com outras crianças.

Erikson (1987) denominou esse conflito de *Iniciativa versus Culpa*, na chamada fase de iniciativa a criança busca os objetos que lhe dão satisfação, levando-a ao “objeto de amor”, tentando identificar-se ao modelo entendido como “adequado”. A culpa surge como consequência dos sentimentos de onipotência, rivalidade, competição e ciúmes que acompanham o desejo de obter os fins procurados.

A conduta social básica que pode manifestar-se nessa fase é a de tentar sempre “tirar vantagem”, bem como o ataque frontal às pessoas que colocam limites, tendo prazer na competição e na conquista ao alcançar uma meta e, embora demonstre segurança e tenha atitude resoluta, pode trazer traços de inferioridade. Por outro lado, nessa fase a criança torna-se amigável, colaboradora, amorosa, sendo capaz de proporcionar bem estar a outras pessoas uma vez que é capaz de se colocar no lugar do outro (empatia).

Dos cinco aos dez anos a criança utiliza sua energia psíquica para o fortalecimento do ego, o qual a tornará melhor equipada para lidar com os impulsos que virão nos próximos anos, e para adaptá-la aos novos ambientes. Volta-se para o mundo externo, como escola, jogos, amizades e outras atividades, fora do ambiente familiar, passando a buscar novos ídolos e heróis, fora de casa (D'ANDREA, 2001).

Se ocorreram turbulências nas fases anteriores, poderá ser uma criança irritada, agressiva, exibicionista, com excessiva curiosidade sexual, assim como apresentar mau aproveitamento escolar, ter terror noturno, enurese, dificuldades alimentares.

Nesse período da vida sua autoestima já não depende exclusivamente da aprovação externa, já possui autocrítica ao se comportar de forma “certa ou errada”. A sensação de acerto provoca sentimento de segurança, prazer e autovalorização, e ao contrário, a sensação de erro traz culpa e remorso.

Passa a ter importância vestir-se como os de sua idade, o conhecimento intelectual, os valores sociais, os bens materiais, bem como a imagem de perfeição que construiu para si mesma.

Estabelecendo relações interpessoais fora da família, a criança começa a empreender a difícil tarefa de ajustar-se às outras pessoas e manejar seus impulsos para conseguir viver socialmente. Tem necessidade de pertencer a um grupo de iguais e de ser aceito pelos companheiros, bem como de sentir-se responsável e capaz de realizar feitos que recebam aprovação e lhe deem um “status” no grupo, desenvolvendo um conceito de “si mesmo”.

Meninos e meninas formam grupos separados, excluindo-se mutuamente, buscando jogos diferentes, sendo que os meninos têm pavor de parecer-se com meninas, e se vigiam para denunciar quando isso acontece.

Erikson (1987) descreve esta fase como Construtividade versus Inferioridade, sendo que na construtividade busca-se o aprendizado e a realização, utilizando-se de suas potencialidades e capacidades. Na inferioridade, por não receber estímulo do meio, considera-se incapaz em relação aos outros, sentindo-se à margem de seu grupo, desistindo de competir.

É a fase onde a transição está ocorrendo e não é mais criança, mas ainda não é jovem (fase infanto-juvenil), desejando em alguns momentos permanecer num estado de despreocupação, liberdade e aventura, e em outra total inércia.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO SEGUNDO JEAN PIAGET

Piaget pressupõe que os seres humanos passam por uma série de mudanças ordenadas e que o eixo central da existência humana é a interação organismo-ambiente que ocorre por meio de dois processos simultâneos: a organização interna e a adaptação ao meio vistos como dois processos complementares de um único mecanismo (WADSWORTH, 1997)

De acordo com a concepção piagetiana, o desenvolvimento humano compreende quatro estágios. O aparecimento de mudanças qualitativas identifica o início de um outro estágio ou período e cada um se desenvolve a partir do que foi construído no estágio anterior.

O primeiro é o estágio sensório-motor, pré-verbal. É assim denominado devido à falta de função simbólica, o bebê ainda não apresenta pensamento nem afetividade, ligados a representações. Suas atividades são reflexos básicos. A criança simplesmente manipula os objetos para sua própria exploração, utiliza-os, estabelece alguma ritualização, bem como um processo de adaptação efetiva (PIAGET, 1986)

Estes esquemas reflexos iniciais transformam-se e mostram uma progressiva capacidade de assimilar elementos novos na medida em que ocorre a maturação do sistema nervoso e aumenta a interação criança-meio, esses comportamentos reflexos vão sendo modificados ao término do primeiro mês de vida da criança. A primeira conquista significativa é o desenvolvimento da noção de permanência de objeto, ou seja, a criança começa a identificar o que é ela e o que não é, adquire noção de causalidade, espaço e tempo, interage com o meio mostrando uma inteligência prática. (PIAGET, 1986; PALANGANA, 2001; CÉLIA, 2003).

A partir daí a criança começa a construir relações entre acontecimentos que se sucedem temporalmente: como a mãe pegar a bolsa que antecede sua saída. Com um ano já começa a utilizar instrumentos como forma de atingir um objeto percebendo em seguida a possibilidade de se deslocar de um lugar a outro. Isso é possível pelo desenvolvimento do esquema de ação revelando a criança como agente e ativa construtora do seu processo de vida. É capaz de identificar o agradável e o desagradável, o prazer e a dor e assim como os primeiros sentimentos de sucesso e fracasso (Piaget 1964; Celia 2003)

Num segundo estágio temos a representação pré-operacional, o início da linguagem, e da capacidade simbólica, ou seja, do pensamento ou da representação que possibilita modificações nos aspectos

afetivos e intelectuais. No nível do pensamento representativo, há agora, na criança uma reconstrução de tudo o que foi desenvolvido no nível sensório-motor. Ela dispõe agora de esquemas de ação que permitem diferenciar um significante (imagem, palavra) daquilo que ele significa (o objeto ausente). (Piaget 1986, Palangana 2001; Celia, 2003)

É uma um momento caracterizado pelo egocentrismo infantil. A criança vê o mundo a partir da sua própria perspectiva desconsiderando que haja outros pontos de vista. Sua forma de pensamento parte de um raciocínio intuitivo que se fundamenta a partir de uma percepção particular (a banana verde dá dor de barriga o abacate é verde então também dá dor de barriga), o pensamento artificialista atribui as ações naturais ao ato humano (o papai é que faz chover), a atribuição de características humanas a objetos e animais, o animismo. Porém a partir dessas habilidades adquiridas ela pode passar para o estágio seguinte. (PIAGET, 1986; PALANGANA, 2001)

Nesse terceiro estágio aparecem as primeiras operações, chamada de operações concretas devido ao fato de que elas operam com objetos, e ainda não sobre hipóteses não conseguindo assim trabalhar apenas com enunciados verbais. Às ações empreendidas o são no intuito de organizar o que está imediatamente presente. Esta característica permite o desenvolvimento da objetividade e a coerência de pensamento necessário para que haja um equilíbrio cognitivo. (Piaget, 1986; Célia, 2003).

Ocorre a tendência para a socialização, evoluindo de uma configuração individualizada (egocêntrica) para outra mais socializada, onde as regras ou leis de raciocínio são utilizadas. A criança já conhece as regras e já aceita suas mudanças, desde que o grupo esteja de acordo com ela. Ela não apenas busca compreender o conteúdo do pensamento alheio, mas empenha-se em transmitir o seu próprio pensamento utilizando de argumentações. (Piaget, 1964, Célia, 2003).

A criança está apta para entender que as situações estáticas podem ser subordinadas à transformações. Ocorre também o abandono do pensamento fantasioso; o aparecimento da necessidade de comprovações empíricas, das elaborações mentais. Começa a perceber suas próprias contradições, tendendo então a socialização do pensamento. (WADSWORTH, 1997, CÉLIA, 2003)

No decorrer desse nível, pode ser observado um paralelismo entre o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento afetivo. O desenvolvimento da vontade, que engendra um senso de obrigação para com as próprias normas ou valores, permite a regulação do julgamento afe-

tivo. A autonomia de julgamentos e afetos continua a se desenvolver nas relações sociais que encorajam o respeito mútuo. Em vez de apenas aceitar os argumentos unilaterais como na fase anterior, a criança é capaz de avaliar as ideias e assim compreender os conceitos morais, regras, mentiras e justiça de acordo com Wadsworth (1997).

Finalmente, no quarto estágio estas operações são ultrapassadas à medida que a criança alcança o nível de operações formais ou hipotético-dedutivas; isto é, ela agora pode raciocinar com hipóteses e não só com objetos. Passa a distinguir o real e o possível. Ocorre a organização do pensamento e a autonomia. As crianças jogam pelo prazer da disputa, mas procuram interagir quanto às regras, que jamais são fixas e dispõem de possibilidade de mudanças, decididas pelo grupo (PIAGET 1986; PALANGANA, 2001)

Este estágio identifica-se notadamente pelo desenvolvimento da linguagem enquanto instrumento a serviço da elaboração das hipóteses e da formação do espírito experimental. O jovem torna-se capaz de pensar em termos abstratos de formular hipótese e testá-las sistematicamente (WADSWORTH, 1997).

CONSIDERAÇÕES

Acreditamos que para prepararmos os professores que atuam em educação infantil e ensino fundamental devemos abordá-la em três grandes temas que deveriam constar na formação de professores, tanto nas graduações e como nas pós-graduações, mas é preciso primeiro que os professores busquem se informar educacional, didática e pedagogicamente, no intuito de estudar e compreender a história da sexualidade mediante leituras mais aprofundadas de educação sexual atualizadas, vídeos, conferências, palestras ao vivo e virtuais capazes de dar-lhes orientações amplas sobre o tema.

Inicialmente deveríamos compreender a história da sexualidade, a dinâmica da evolução dos papéis sexuais no ocidente, compondo o primeiro tema de formação que visa buscar o significado da história da mulher, do homem, a história da criança, entender os comportamentos sobre as relações afetivas, as representações da sexualidade no tempo. Em seguida passaríamos para o segundo tema que compreende as manifestações da sexualidade da criança numa vertente científica: O que a criança vai expressar aos dois anos de idade? Como é seu pensamento? Como é a sua linguagem? Como vê e representa o mundo? O que uma

criança vai apresentar aos quatro anos de idade? Diversos teóricos, em evidência Freud³, uma das nossas grandes referências ocidentais, nos dizem muito sobre as etapas vivenciadas no desenvolvimento infantil. Por que em algum momento os meninos se fecham num grupo hermético chamado de Clube do Bolinha e as meninas no Clube da Luluzinha? Estes são questionamentos feitos pelos adultos no intuito de entender os significados de tais comportamentos. Assim poderemos intervir sobre as manifestações da sexualidade das crianças se tivermos, nesse segundo tema, uma teoria do desenvolvimento psíquico-sexual da criança e se estudarmos como ela age, como pensa e como manifesta sua identidade ética no decorrer das etapas de sua vida.

O terceiro tema será dedicado à didática da educação sexual, didática como meio de trabalhar com crianças e adolescentes, como meio de falar ou de apresentar-lhes uma significação. A didática significaria como trabalhar, agir com as crianças quando na sala de aula, por exemplo, estão beijando, manifestando a curiosidade sobre os órgãos genitais, questões relacionadas a gênero, entre outros. Então quando a sexualidade está em toda a sala de aula, e são percebidos estas formas de interação em vez de dar aqueles conteúdos frios, aquelas determinações moralistas, proibições, interditos, precisamos escutar o que as crianças estão dizendo: “Por favor adultos, vejam essas coisas que estão acontecendo”; “Por favor, ensinem-nos algumas coisas, parem essa aula, conversem conosco, nos dê uma orientação”. Esta é uma forma indireta das crianças expressarem as suas necessidades, de mostrar o que necessitam no momento: “Por que você não para a aula e me explica o que está acontecendo com meu corpo, me dê alguma orientação sobre o que é esta coisa gostosa que sinto quando me aproximo de um colega (menina ou menino)?”.

É importante, também, compreender a subjetividade do desenvolvimento do aluno com o qual se trabalha, entender como ele pensa e reflete para ajudá-lo a desenvolver os conceitos científicos que estão sendo propostos. Devemos, também, entender de didática, para utilizar técnicas propícias para o desenvolvimento de conceitos científicos próprios da idade e desenvolvimento em que a criança se encontra.

A partir destas considerações propomos a reflexão de como deve ser a nossa postura frente às questões levantadas pelas crianças sobre sexualidade; Primeiramente, o adulto deve aceitar a sexualidade como parte da vida humana; ensinar o uso correto de todas as partes do corpo; reagir naturalmente a qualquer manipulação genital esclarecendo suas idéias sobre as

diferenças anatômicas, pois a criança está conhecendo o seu próprio corpo e o do outro; a intervenção do professor deve ser atenta, constante, tranquila, mas firme colocando para as crianças os limites de que elas necessitam; deve devolver a pergunta à criança, para entender o que ela está realmente perguntando e dar respostas objetivas às suas perguntas.

Pode ser oportuno discutir com as crianças o respeito pelo outro, lembrando as regras de convivência da classe, para assegurar um clima tranquilo de trabalho. O professor pode atuar com a classe toda, ou com um grupo específico de crianças, ou ainda, apenas com uma criança, dependendo da idade, fase do desenvolvimento, do momento e da forma como as questões se apresentam. Discutir sobre as mudanças corporais ao longo da vida e tentar desenvolver uma atitude positiva face às mesmas. Reconhecer tipos e situações de abuso sexual e discutir formas de soluções. Desenvolver capacidades de expressar os seus sentimentos e opiniões, bem como aceitar os dos outros por meio do vários assuntos que poderão aparecer nos encontros com as crianças.

Nesse contexto, parece claro que há muito que se dizer e refletir sobre sexo e sexualidade. Este estudo – que apenas propôs uma breve reflexão sobre as origens dos conceitos relacionados ao tema, na sociedade ocidental, sobre o desenvolvimento infantil e algumas pontuações didáticas - longe de esgotar as considerações possíveis, pretende ser um ponto de partida para muitos outros trabalhos. Mesmo tendo despertado o interesse de um número cada vez maior de pessoas nas últimas décadas, há ainda pouca intimidade, de modo geral, com as questões relacionadas à sexualidade, bem como à sua vivência. Apresenta-se aí importante objeto de estudo para esta e, ao que tudo indica, para muitas gerações futuras.

SEXUAL EDUCATION IN CHILD DEVELOPMENT

Abstract: this article discusses child sexual education, and after a brief reflection on the history of sexuality, brings the theories of Freud, Piaget and Erickson about the psychosexual development of children and some didactic guidelines that can guide the sexual education work with the child. It is extremely necessary that we can integrate these three fields of knowledge articulately in a proposal of emancipatory, that sex education is able to develop with the children the beginnings of ethical responsibility, aesthetic, political knowledge, corporality and then from this position themselves in the society where they live.

Keywords: *Sex education. Child development. History of sexuality. Didactic Guidelines. Emancipation.*

Notas

- 1 Construção compreendida no sentido da Teoria Construtivista Vygotskiana (VIGOTSKI, 2000).
- 2 Entendendo libido como a força mediante a qual o instinto sexual se manifesta, ou melhor, é o instinto sexual concebido dinamicamente como energia que pode ser orientada em várias direções, pode ativar e por em movimento os mais diversos mecanismos.
- 3 E seus seguidores como Klein e Winnicott que complementam e aprofundam e modernizam as propostas, entre outros.

Referências

- Arriès, P. *História Social da Criança*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CÉLIA, L. *Aquisição e desenvolvimento infantil (0-12 anos): um olhar multidisciplinar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- D'ANDREA, Flávio Fortes, *Desenvolvimento da Personalidade*. [S.l.]: Ed. Bertrand Brasil, 2001.
- ERIKSON, E. H. *Infância e Sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FREUD S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1970 -1977.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- LIMA, Vanessa Aparecida Alves de. *De Piaget a Gilligan: retrospectiva do desenvolvimento moral em psicologia um caminho para o estudo das virtudes*. *Psicol. cienc. prof.* 2004, v. 24, n. 3, p. 12-23. [online].
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 6. ed. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- NUNES, César Aparecido. *Desvendando a sexualidade*. Campinas: Papirus, 1987.
- PALANGANA, I. C. *Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky a relevância do social*. 3. ed. São Paulo: Summus, 2001.
- PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Tradução de Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Best Seller, 1991.

- PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Florense-Universitária, 1964.
- _____. Observaciones sobre la educacion matematica. In: PIAGET, J. et al. *La ensenanza de las matemáticas modernas*. HERNÁNDEZ, J. (Org.). 3 ed. Madrid: Alianza, 1986.
- POSTMAN, Neil. *O Desaparecimento da Infância*. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- VIGOTSKI, L. S. *A Formação social da mente: O desenvolvimento dos Processos Psicológicos da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- WADSWORTH, L. J. *Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1997.
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82, 1999.

* Texto Recebido em: 25.06.2013. Aprovado em: 18.11.2013.

** Doutora em Educação pela PUC Goiás, Coordenadora da Pesquisa A Corporeidade-Subjetividade do Licenciado de Pedagogia Formado/a pela PUC Goiás Frente às Demandas do Mercado de Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás. Professora do Departamento de Educação, Psicologia e do Mestrado do PPGE PUC Goiás. *E-mail*: teresacbs@terra.com.br

** Acadêmica de Psicologia, Pesquisadora Voluntária de Iniciação Científica do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás. Participante do Projeto de Pesquisa: A Corporeidade-Subjetividade do Licenciado de Pedagogia Formado/a pela PUC Goiás Frente às Demandas do Mercado de Trabalho. *E-mail*: paulatrabucco@hotmail.com.